



# Anais da Assembleia

Nº 56

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1990.

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 37.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

QUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei nº 35/90.

Sala das Sessões, em 21.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Raul Lopes (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 314/90

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guarapuava o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Candói, naquele município, com o ponto de partida principiando na margem do Rio Jordão, a 510m da Barra do Arroio das Águas, onde segue em linha reta com um rumo de 16º35' NE e 358m., daí prossegue em linha reta com rumo de 50º50' e 230m., até alcançar o Arroio das Águas, segue por este acima até o ponto situado a 400m., mais ou menos, acima de um salto, desde o ponto segue em linha reta com um rumo verdadeiro de 89º08' SO e 1.560m., mais ou menos, de comprimento, até alcançar a margem esquerda do arroio de divisa, desce por este até sua foz no Rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida, abrangendo a área de 121 hectares, com as benfeitorias inclusas, transcrito sob o nº 27.475, no livro 3 Fls. 18 e 19 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de Guarapuava se compromete a conservar a Estância, assumindo total e irrestrita responsabilidade no sentido de manter aquela fonte de saúde e lazer ao alcance da população.

Art. 2º - O imóvel de que se trata este artigo, após a instalação do Município de Candói, passará a fazer parte do patrimônio do referido Município, conforme dispõe a Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, mediante simples requerimento do Chefe do Poder Executivo do novo Município, sem necessidade de outra Lei específica.

Art. 3º - O imóvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, devendo retornar ao patrimônio do Estado, se a sua destinação perecer.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## JUSTIFICATIVA:

A Estância Hidromineral Santa Clara, localizada no Distrito de Candói, Município de Guarapuava, vem sendo uma atração turística da região dos Campos Gerais, desde há muito tempo, trazendo à população do município, acostumada com a proximidade física e a convivência, uma sensação de familiaridade.

Local de passeio e de lazer, até mesmo daqueles moradores, um verdadeiro local de preservação ecológica e de conservação da saúde física e mental, não é de se estranhar que tivesse se tornado extremamente familiar, a ponto de ser considerado um patrimônio popular, querido e cuidado por todos.

Esta Casa teve, recentemente, conhecimento do desinteresse do Estado na manutenção deste patrimônio, bem como dos planos de destinação a ser dada ao mesmo. Evidentemente, também a comunidade guarapuavana soube de tais fatos, o que conduziu a uma situação de apreensão no meio popular, face à possibilidade de a Estância ser alienada e lhe ser dada outra destinação, na hipótese de seus adquirentes serem grupos privados e objetivarem a auferição de lucros. Tal fato, por si, não seria condenável, fossem outras as circunstâncias. Entretanto, tendo se concretizado uma situação de ressentimento genérico contra atitude, algo urgia ser feito.

Ressalta-se o fato de que o interesse da comunidade foi tamanho, que a mesma se compromete a assumir as despesas decorrentes da conservação e dos demais atos que se fizerem necessários e suficientes para que não seja desvirtuada a finalidade primordial dada à Estância.

Assim sendo, na tentativa de sensibilizar o Poder Público quanto aos anseios da população, no sentido de se atingir a manutenção do bem estar comum, que se resume na reunião do conjunto de todas as condições de vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana, considerada de per si, é que apresentamos o presente projeto de lei que, uma vez aprovado, virá de encontro às mais justas expectativas populares.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - É lida e aprovada a Ata. Não há expediente a ser lido. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, e nem no Grande Expediente.

Não havendo Oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário. Declina.

Consulta à Liderança do PDS.

Declina.

Consulta à Liderança do PFL.

Declina.

Consulta à Liderança do PDC.

Declina.

Consulta à Liderança do PTB.

Declina.

Consulta à Liderança do PRN.

Declina.

Consulta à Liderança do PDT.

Declina.

Consulta à Liderança do PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes:

## LIVRE NEGOCIAÇÃO

A soberba e auto-suficiência do Governo Collor está se esvaziando mais depressa do que poderia se supor, fruto de sucessão de trapalhadas e medidas equivocadas patenteadas pelo primeiro escalão.

O desgaste sofrido no início do governo é muito perigoso e compromete inevitavelmente o plano econômico. O comportamento dos agentes financeiros demonstra o rápido processo de perda de confiança no governo. A disparada do dólar é um bom indicio deste processo.

O que vem ocorrendo, na realidade, é uma traição aos compromissos e às promessas de campanha. O que ainda garante uma base popular de apoio ao plano é o engano a que os menos informados são levados de acreditar nesta súbita estabilidade dos preços - uma estabilidade que veio na esteira de aumentos fantásticos.

A lição é rica em exemplos. Sarney, com o seu Plano Cruzado, chegou durante alguns meses a ostentar popularidade de mais de 90% - ele que fora colocado no posto sem respaldo popular, numa articulação da classe dominante.

Os sacrifícios que o governo COLLOR está impondo aos trabalhadores são inúteis e nocivos. Dando certo ou fracassando, o Plano Collor ferra os trabalhadores e a maioria do povo.

Na lógica do governo "dar certo" é conter a inflação com o desemprego e a redução dos salários de milhões de brasileiros.

Hoje, o Plano Collor caminha na corda bamba. A realidade é que as medidas de Collor-Zélia-Ibrahim meteram o governo numa armadilha: se permitem o funcionamento da economia, trazem de volta a inflação; se retomam a rigidez no controle da circulação da moeda, agravam a recessão e suas terríveis consequências.

A mágica que o governo pretende fazer

é conter a inflação abaixo de 10% pelo menos até a eleição, sem que seja preciso agravar o quadro recessivo, o que produziria reflexos eleitorais indesejáveis.

Para alcançar esta meta que deixou de ser econômica para se voltar para as disputas eleitorais, o governo lança mão de medidas que agravam a situação dos trabalhadores.

É o caso da LIVRE NEGOCIAÇÃO, que na atual conjuntura da economia, deve ser interpretada como o diálogo entre o PESCOÇO E A GUILHOTINA.

Não há livre negociação quando uma das partes está amordaçada pela ameaça do desemprego, da redução de jornada e de salário.

O que o governo quer na realidade é ficar desincumbido de qualquer responsabilidade sobre o gravíssimo arrocho salarial que o seu Plano vem produzindo.

Depois de ter inventado a babel da inflação zero em abril, o Governo introduz agora a livre negociação, que não é livre nem será favorável aos trabalhadores enquanto a estagnação econômica perdurar.

Mais do que isso, o governo não quer assumir nem mesmo a responsabilidade de calcular a inflação deixando que outros institutos o façam. Com isso, diante da diversidade dos índices, o governo terá mais um alibi para impor sua política de negação da inflação e de arrocho salarial.

É curioso que o governador Álvaro Dias, que a poucos dias enviou para esta Casa uma mensagem revogando a sua política salarial, agora tenha o descaramento de criticar a medida do governo federal. Esta incoerência se manifesta na própria negociação com os professores. Está aí um exemplo do que os trabalhadores vão enfrentar. Depois de dois meses de greve, os professores continuam de mãos vazias, sem qualquer proposta concreta do governo - a não ser a oferta de um miserável abono salarial.

Este quadro nos preocupa. A livre negociação veio na esteira de outra medida casuística do governo que atinge diretamente os trabalhadores. Falo da MEDIDA PROVISÓRIA 185, que dá ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o poder de suspender as conquistas salariais obtidas pelos trabalhadores nos Tribunais Regionais do Trabalho. Com isso, o governo atendeu em primeiro lugar a Rede Globo, retribuindo a propaganda que ela vem fazendo do seu Plano.

Além dos funcionários da emissora em Minas Gerais, que ganharam na Justiça a incorporação ao salário dos 84,32% referentes à inflação de março, a medida atropela a Justiça e afeta todos os trabalhadores.

Atingidos pelo desemprego e pela re-

cessão, os trabalhadores ficam ainda desprotegidos inclusive diante da Justiça. Pior do que isso, nem a ditadura conseguiu fazer. (Termina de ler).

É por isto que estou propondo nesta sessão plenária um requerimento; que este Parlamento se pronuncie diante do Presidente do Congresso Nacional, do Presidente do Senado, da Câmara Federal, bem como dos líderes partidários do Congresso.

Estou propondo através de requerimento, que seja encaminhado expediente a eles, para que o Congresso tome iniciativa e estabeleça uma política salarial para todos os trabalhadores brasileiros, porque do jeito que está, os trabalhadores não agüentam e não podem continuar.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 35/90.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 35/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que cria o Município de Guaraituba, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 035/90

#### PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem a finalidade de criar o Município de Guaraituba, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além disso, a matéria encon-

rag. va

tra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/90, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina "Ricieri Cella" a rodovia PR-475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão e Verê. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 45/90, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do Senhor Antonio de Paiva Cantelmo, ex-prefeito de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 270/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede à Senhora Ignês Picollo de Oliveira, viúva do ex-prefeito de Andirá, Senhor Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal, no valor de dois salários-mínimos. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 276/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 204/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a estadualização e denomina trecho da rodovia PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 264/89, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo estadual a doar ao Município de Formosa do

Curitiba, segunda, em 21.05.90

Oeste - PR, o imóvel urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 43/90, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina de "Prefeito Atilio Chaves da Silva", a rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180, na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281, no Município de Salto do Lontra. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 43/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade denominar "Prefeito Atilio Chaves da Silva", a rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180, na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281, no Município de Salto do Lontra.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE a aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DUÍLIO GENARI

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 46/90, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do Senhor Ivo Pedro Feiten, ex-prefeito do Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 46/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade conceder pensão de 2 (dois) salários mínimos para a viúva do Senhor Ivo Pedro Feiten, ex-prefeito do Município de São João.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice para a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE a aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 47/90, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão mensal de dois salários mínimos para a viúva do ex-prefeito Atílio Chaves, do Município de Enéas Marques. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 47/90

#### PARECER:

O plano de lei em tela, tem por finalidade conceder pensão de 2 (dois) salários-mínimos para a viúva do ex-prefeito Atílio Chaves da Silva, do Município de Enéas Marques.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice para a normal tramitação destes pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/90, de autoria do Deputado Pedro Tonelli, que estabelece regras para o uso, pelo poder público estadual, das formas e meios de comunicação sociais na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estatais, ou campanhas ou patrocínios de interesse público e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 171/90

#### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Tonelli, objetiva regulamentar o disposto nos artigos 27, parágrafos 1° e 2° e 238 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo regras para o uso, pelo poder público estadual, das formas e meios de comunicação sociais na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estatais ou campanhas ou patrocínios de interesse público e dá outras providências.

Ao proceder-se a análise do presente

plano de lei, notamos a defesa do princípio constitucional da moralidade do Poder Público, visando a transparência nos atos procedidos nos órgãos do Estado.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 227/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.057/89. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 227/90

#### PARECER:

De autoria do ilustre Parlamentar Orlando Pessuti, o presente plano de lei, que visa dar nova redação ao art. 1° da Lei n° 9057/89, alterando o valor da pensão mensal da Senhora Maria Carlo Montani Pereira de dois salários-mínimos de referência para dois salários-mínimos.

Tal medida tornou-se necessária pelo fato que o valor acima expresso não mais correspondia dignamente às necessidades básicas de sobrevivência da referida Senhora. E que tal situação mudará com a atualização da supra citada pensão mensal.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 91/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive a transferência de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, com base no disposto no art. 18 da Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

A Mesa ainda não recebeu do Relator o Parecer.

Transfiro para depois de amanhã a votação da Mensagem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu gostaria de consultar a V.Exa. porque o Projeto n° 262/90...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o Projeto n° 262/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - ... Está com os pareceres do avulso, inclusive distribuídos nos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência da Mesa é o Presidente da Comissão e até agora não recebeu o parecer. E também não endossa o Parecer...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Isto é um direito da Mesa de não endossar....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... de modo que a Mesa vai votar depois de amanhã, submetendo, ainda, a emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que V.Exa. esclarecesse a este Parlamentar: submetendo quais emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Relator apresentou um Substitutivo Geral que a Mesa ainda não tem conhecimento oficial a não ser por uma distribuição do Parecer, impresso pela gráfica da Assembléia. E a Mesa, como Presidente da Comissão, também não endossa o Parecer do Relator.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mas, Senhor Presidente, o Relator é a pessoa encarregada de fazer o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, mas o Presidente tem que tomar conhecimento oficial ou isso aqui é Casa que não tem dono.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não creio que seja somente V.Exa. que tenha que tomar conhecimento: a atitude da Mesa é correta em tomar conhecimento do Parecer.

Agora, nós gostaríamos de dizer também que a Bancada do PRN nesta Casa gostaria também de tomar conhecimento deste Parecer, porque ainda não tomamos conhecimento e não podemos votar, evidentemente, em afogadilho. Como V.Exa. solicita ou pretende receber o Parecer, nós também da Bancada do PRN pretendemos receber o Parecer que eu não conheço até agora.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós demos a conhecer à Mesa do nosso Parecer, já com autorização e com a sua divulgação, na sexta-

-feira ainda, aliás, na sessão de quinta-feira foi anunciado que nesta sessão seria votado e que o Parecer já era do conhecimento de V.Exa. da Mesa. De forma que eu não concordo, Senhor Presidente, que não seja do conhecimento da Mesa o nosso Parecer, porque, afinal de contas, trabalhamos em cima desse Parecer durante todo o tempo.

Desta forma, entendemos que se V.Exa. acatar e achar por bem transferir para amanhã nós aceitaremos, mas o trabalho está aí, colocado em suas mãos, para o conhecimento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não aceita a justificação de V.Exa. porque o parecer não chegou ainda, oficialmente, na Presidência.

O Substitutivo que V.Exa. elaborou não convence a Presidência porque foram feitas algumas negociações sem o conhecimento da Presidência, porque a Presidência não vai concordar. De modo que está transferido para depois de amanhã e a Mesa vai receber emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mas o prazo de emendas está encerrado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como?! Isto no entendimento de V.Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mas V.Exa. determinou, como Presidente desta Casa, prazo de...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou admitir emendas ao Substitutivo do Relator.  
Foi revogada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - V.Exa. está dizendo que o Substitutivo do Relator não foi encaminhado a V.Exa. Nós precisamos votar o Substitutivo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou admitir emendas substitutivas.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) - Mas é justo que V.Exa. admita emendas. É claro!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a Assembléia está transformada em Comissão Geral e vai admitir emendas. Eu não posso concordar, Senhores Deputados, com o Relator quando ele deixa livre para o Governador do Estado um bilhão e duzentos e cinquenta e nove milhões e salienta que a Assembléia vai destacar duzentos e sessenta e sete milhões. Isto não é possível! Eu

não estou aqui para fazer papel de "trouxa".

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Mas, Senhor Presidente, quem decide é o Plenário desta Casa, não é a Presidência!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência marca sessão para depois de amanhã, admitindo emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas não é regimental, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É perfeitamente regimental.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não é regimental, V.Exa. sabe disso. Está esgotado o prazo de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda à Comissão não está esgotado. Não está esgotado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Como que não. Como que vai dar parecer antes de esgotar o prazo de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou admitir emendas. O parecer do Relator com o Presidente da Comissão Geral, eu não concordo com o parecer do Relator. Não concordo de jeito nenhum.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Senhor Presidente, quem tem que concordar é a Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI VILELA - Senhor Presidente, eu gostaria de na oportunidade, a nossa Bancada do PDT, ficar solidária a V.Exa., porque é inadmissível, Senhor Presidente, que um parecer chegue às nossas mãos dois ou três minutos antes da realização da sessão que vai discutir a matéria.

Trata-se do orçamento do Estado. Hoje de manhã, Senhor Presidente, examinava o Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo e realmente não dá para concordar com o que está escrito ali.

Eu nem sei quem é o Relator, Senhor Presidente, me parece que é o Deputado José Rogério, que disse que encaminhou agora a questão de dois ou três minutos atrás.

É lamentável porque nas Comissões é que tem que se discutir a matéria e a nossa Bancada também se sente totalmente impedida de analisar o projeto de lei na sessão de hoje...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Já foi discutido, Deputado Valderi...

O SR. VALDERI VILELA - Nobre Deputado, orçamento não se discute...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Desde sexta-feira está feito o parecer.

O SR. VALDERI VILELA - Aonde está o parecer?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Está exatamente para quem autorizou o parecer a ir para gráfica para divulgação dos avulsos.

O SR. VALDERI VILELA - Aonde está o parecer, nobre Deputado, V.Exa. recebeu como Líder do Governo. Eu não recebi. (Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está com a palavra.

Não recebo. Não recebi oficialmente o substitutivo do Relator. Marco sessão para apreciação para depois de amanhã.

Não concordo com o relator, mormente quando ele diz o seguinte:

"A aprovação dos destaques propostos implicaria em alteração de programas de valores já aprovados por leis orçamentárias e somente seria possível se outras programações fossem canceladas para que houvesse o equilíbrio orçamentário. Além de que, tais propostas apresentam-se inoportunas, inaceitáveis, vez que gerariam expectativa e ilusões que simplesmente não teriam condições..."

Isto é próprio do Relator do Governo.

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Eu queria discordar de algumas afirmações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que teria chegado esse parecer há dois ou três minutos nas mãos dos Senhores Deputados. Eu cheguei hoje por volta das 08:30 horas no meu gabinete e o parecer já estava lá. Eu estava viajando a semana passada...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Só para os Deputados do PMDB.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estava lá. Agora se alguns Deputados não receberam...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Todos receberam, Deputado Valderi... (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/90, de autoria dos Deputados João Arruda e Caíto Quintana, que cria "ad referendum" de plebiscito, o município de Flor da Ser-



ra, desmembrado dos municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro; e dá os limites e confrontações da área abrangida. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está um pouco nervoso, é 284.

O SR. NEIVO BERARDIN - Mas que projeto, ninguém entendeu o que o Senhor leu e está votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O quê?

O SR. NEIVO BERARDIN - Que conversa? Vamos votar. Vamos votar.  
(Fala fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está nervoso hoje?

O SR. NEIVO BERARDIN - Isso me deixa muito mais nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mais nervoso. Está bom.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse respeitado o Deputado Neivo Berardin do PMDB.  
A Assembléia afinal de contas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não admito ataque de histerismo aqui, neste Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vamos manter o equilíbrio nesta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra.

O SR. NEIVO BERARDIN - Eu lamento profundamente que tenha partido de Vossa Excelência, acusação tão leviana. Tão leviana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não estou acusando nada.

O SR. NEIVO BERARDIN - Tão leviana. Vossa Excelência não tem o direito, como Presidente desta Casa, que recebeu o meu voto para ser Presidente, dirigir-se a um

Deputado que está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n° 170/87. Em discussão. Em votação. APROVADO.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu havia pedido verificação de quórum no projeto anterior.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, eu estava com a palavra e fui cortado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, vamos à Chamada que Vossa Excelência já determinou. O Deputado já usou da palavra, já falou o que tinha que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Caíto Quintana requer preferência de votação para o Projeto de Lei n° 284/90...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu requeri verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o que eu vou fazer.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERARDIN - Que projeto? Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está com a palavra, quem está com a palavra sou eu.

O SR. NEIVO BERARDIN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 284/90. Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos votando qual o projeto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos votando o projeto n° 284/90.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Qual o item da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Folhas 3 - item 14.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa). Doze (12) aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa). Seis (06) Senhores Deputados. Não há quorum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°



170/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 85, de 18.08.87).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 20/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Santa Maria do Oeste. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 20/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Inicia na barra do Rio Prata com o Rio Cantu, segue este acima até a Barra do Rio Barreido Grande, confronta com o Distrito de Mato Rico e continuando Cantu acima, até sua cabeceira, de onde segue por linha seca pela Serra de Pitanga, divisa do Imóvel Tigre, com a Gleba 3 - Rio Feio, até a cabeceira do Rio Ouro Verde, confronta com o Distrito da Sede de Pitanga. Daí segue o Rio Ouro Verde abaixo, até a Barra com o Rio Araguaí, e por este abaixo, até a Barra do Rio Buruti, e por este acima até sua cabeceira, na estrada de S. Maria a Saudades, seguindo esta até a divisa de municípios, confronta com o Distrito de Boa Ventura. Deste ponto segue a divisa por linha seca até a cabeceira do Rio Cachoeira ou Caçador, e por este abaixo até sua Barra com o Rio Piquiri, confronta com o Município de Turvo. Continuando segue o Rio Piquiri abaixo, até a Barra com o Rio Logrador, confronta com os Municípios de Guarapuava e Canta Galo e deste ponto segue Rio Logrador acima até sua cabeceira, daí por linha seca até a cabeceira do Arroio Seco e por este abaixo até a Barra com o Rio da Prata, e por este abaixo até a Barra com o Rio Cantu, ponto

de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da medida aqui proposta é bem vinda, já que tornou-se incontestável o desenvolvimento econômico e sócio-cultural da mencionada localidade, o que justifica plenamente a adoção da nossa proposta.

O Distrito Administrativo de Santa Maria criado pela Lei n° 790, de 14/11/51, publicada no Diário Oficial n° 208, de 16/11/51, é plenamente auto suficiente, tendo em vista a sua expressiva produção agrícola.

Assim sendo, é justo e de direito que o Distrito de Santa Maria seja transformado em município. Razão pela qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares para a presente proposta.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 178/90, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Alto Alegre, desmembrado do Município de Colorado e com divisas que especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 28, de 27.03.90).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 204/89, 264/89, 35/90, 43/90, 46/90, 47/90, 171/90, 227/90, 284/90.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 170/87, 20/89, 178/90.

Levanta-se a sessão.